



Heródoto Barbeiro (*)

As denúncias de corrupção aprofundam a crise que atinge o presidente da República.

Não é a primeira vez na história do país que um parente do presidente se envolve em casos suspeitos de corrupção. A imprensa chapa-branca sempre se omitiu em dar divulgação a esses casos, muitas vezes por apoiar abertamente o chefe do Executivo, outras pelas generosas verbas publicitárias vindas do palácio do governo.

Repete-se na presidência da República uma prática comum nos estados e prefeituras espalhadas por todo o Brasil, ou seja, o favorecimento com verbas ou manipulação de concorrências públicas gordurosas. Poucos se importam com as oligarquias familiares impregnadas no poder, haja vista ser uma prática que vem desde o primeiro governo republicano. A população está mais preocupada em obter rendimentos para manter a família. As querelas políticas ficam segregadas a setores exíguos da população brasileira.

Ninguém espera que a oposição cresça, uma vez que o presidente é um líder carismático e que já ocupou o Poder Executivo anteriormente. Contudo, nesse novo mandato há uma polarização entre a esquerda e a direita. O presidente tem o apoio da esquerda, uma vez que é favorável a uma maior participação do Estado na economia, com a criação de estatais para atuar em setores considerados estratégicos para o Brasil, como petróleo e aço.

Além disso, se identifica

com as classes populares e defende o fortalecimento dos sindicatos e programas sociais governamentais para os pobres do país. Ele é idoso, sua foto está espalhada em todas as repartições públicas e o slogan “deixa o velhinho trabalhar” até virou hit, gravado por um ícone da música popular brasileira.

A crise política vivida pelo presidente da República se aprofunda com as denúncias publicadas na mídia sobre o seu filho. Maneco Vargas está envolvido em graves problemas financeiros e recorre ao chefe da guarda pessoal de Getúlio para obter empréstimos.

Gregório Fortunato, homem de confiança do presidente e que tem forte influência na máquina governamental, recorre ao banco que tem a diretoria toda indicada politicamente. Obtém um empréstimo privilegiado no Banco do Brasil e simula a compra de duas fazendas de Maneco no Rio Grande do Sul. O ex-Ministro do Trabalho do governo, João Goulart, se apresenta como fiador do empréstimo.

O presidente está em profunda depressão e ameaçado de perder o poder depois que Gregório se envolve com o atentado contra o líder opositor, Carlos Lacerda, e que resulta na morte do major Vaz, da FAB. Uma semana depois, em 24 de agosto de 1954, diante do turbilhão que envolve o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, Vargas pai se suicida aos 72 anos. Cumpre a promessa de que só sairia do governo morto.

(*) - É professor e jornalista, âncora do Jornal Novabrasil, colunista do R7, do Podcast. Mestre em História pela USP e inscrito na OAB. Palestras e mídia training. Canal no Youtube (www.herodoto.com.br).

News@TI

DXC Workplace Services
A DXC Technology, uma das principais parceiras em tecnologia empresarial e inovação, anuncia o DXC Workplace Services, uma nova oferta de ambiente de trabalho nativo em IA e centrada nas pessoas, que reimagina o ambiente de trabalho digital em torno dos resultados dos funcionários. A oferta ajuda as organizações a melhorar a produtividade, fortalecer a experiência do funcionário e otimizar as operações de TI, maximizando os investimentos tecnológicos existentes sem a necessidade de novas ferramentas. O DXC Workplace Services é viabilizado pelo DXC OASIS, a plataforma de orquestração inteligente que transforma os serviços gerenciados por meio de fluxos de trabalho de IA agêntica Human+, entregando operações agênticas centradas nas pessoas que antecipam as necessidades dos funcionários e impulsionam resultados proativos (https://dxc.com/).

Vagas para profissionais de nível superior e técnico

A Timenow, quarta maior empresa de engenharia do país e referência nacional em gestão de projetos, está com vagas abertas para profissionais de nível superior e técnico em Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Com 30 anos de história e presença marcante em setores industriais, a Timenow avança na expansão de suas equipes para acompanhar o crescimento das operações e fortalecer sua capacidade de entregar projetos de alta complexidade com excelência. Entre as oportunidades abertas, a companhia também disponibiliza três vagas estratégicas para Gerente de Contratos, destinadas a profissionais com formação superior completa em Engenharia Civil, Mecânica, Elétrica, Produção, Administração, Economia, Direito ou áreas correlatas, além de pós-graduação ou MBA em Gestão de Projetos como diferencial. As posições estão localizadas em Araxá (MG), Patos de Minas (MG) e Vila Velha (ES) e exigem experiência sólida em gestão contratual, liderança de equipes, performance, custos, riscos e resultados. As demais vagas são para nível técnico e superior e exigem profissionais com formação alinhada às rotinas de contratos, custos, logística, materiais e planejamento (www.timenow.com.br).

Jerry Merryman, um dos pais da calculadora eletrônica

Nascido em 1932, Jerry Merryman desde muito cedo interessou-se pela eletrônica; aos 11 anos já trabalhava em uma oficina de conserto de rádios.

Vivaldo José Breternitz (*)

Na oficina, existia um exemplar do livro “Radio Engineering”, de Frederick Terman, um professor da Stanford University que é considerado um dos pais do Vale do Silício. Merryman “devorou” o livro, a ponto de citá-lo frequentemente até o fim de sua vida.

Marryman vivia em Hearne, uma pequena cidade do Texas e, ainda menino, era muito comum ser procurado pela polícia local quando um de seus rádios apresentava problemas.

Em 1963, foi contratado como engenheiro pela Texas Instruments, mesmo sem ter curso superior. Dois anos mais tarde, a empresa juntou-o a dois outros engenheiros, Jack Kilby e James Van Tassel e deu-lhes uma missão: projetar uma calculadora eletrônica (que a empresa chamou de régua de cálculo eletrônica) que fosse portátil e acionada por uma bateria recarregável - isso ainda não existia no mercado!

Em três dias (e três noites, como disse mais tarde) Merryman projetou a máquina, baseada em circuitos integrados inventados por Kilby, que no ano 2000 ganharia o Nobel de Física.

Só dois anos depois, em 1967, o projeto foi transformado em um produto: uma máquina chamada CalTech, que pesava 1,3 quilos, media 4 x 6 polegadas e não tinha tela; os resultados dos cálculos eram impressos em papel térmico, como nas máquinas de cartões de crédito. A impressão térmica também foi inventada por Merryman.

A máquina fazia apenas as quatro operações, e no lançamento custava US\$ 400, cerca de US\$ 4 mil atuais!

Merryman disse que à época acreditava apenas estar criando um novo tipo de calculadora, só mais tarde percebendo que estava dando início a uma revolução na área de equipamentos



GERADO POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

eletrônicos. No dia seguinte à sua aposentadoria em 1994, a Texas trouxe-o de volta como consultor

Seu colega na empresa, Vernon Porter, disse: “tenho um Ph.D. em ciência de materiais, conheço centenas de cientistas, professores, vencedores do Prêmio Nobel etc., mas Jerry Merryman foi o homem mais brilhante que conheci”.

Colegas o descreviam como brilhante, com memória prodigiosa e muito senso de humor, além de ser generoso em compartilhar conhecimento. Faleceu em 27 de fevereiro 2019.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitz@gmail.com.

DREX e tokenização pública: quem vai guardar as chaves da soberania digital do Brasil?

O Brasil já passou do ponto sem retorno na economia digital. Tokenização de ativos e Real Digital saíram do terreno das ideias com o avanço dos testes do Piloto DREX, no Banco Central, e com o marco regulatório da Resolução CVM 175.

O debate agora é prático: usar redes de tecnologia de registro distribuído (DLT) para dar eficiência a convênios entre esferas de governo, repasses do Tesouro Nacional, contratos de crédito e registros de identidade digital.

A promessa: liquidação programável e dinheiro rastreável

A promessa atrai gestores públicos e o mercado financeiro por razões óbvias: liquidação programável por contratos inteligentes, corte de custos operacionais e rastreabilidade em tempo real do dinheiro público.

Há, porém, um detalhe que quase sempre fica fora das conversas sobre inovação, um registro em blockchain pode ser imutável, mas isso não torna as operações invioláveis.

69% das perdas vêm das chaves, não da rede

Os números do mercado são eloquentes. Segundo o levantamento global de segurança cibernética da CertiK, cerca de 69% do valor perdido em ataques no ambiente cripto e Web3 tem a mesma origem, comprometimento de chaves privadas e roubo de credenciais de carteira.

A leitura é incômoda e direta. A fragilidade de um ecossistema quase nunca está na matemática da rede, mas sim em quem administra o acesso e em onde as chaves são guardadas.

Persiste a ideia de que redes DLT já vêm com segurança embutida contra qualquer tipo de ataque. O histórico registrado na infraestrutura do DREX é, de fato, imutável. Mas a camada de autorização, humana e computacional, segue exposta às táticas de sempre que são engenharia social, roubo de credenciais e falhas de governança interna.



Divulgação

José Ricardo Maia Moraes

Quem tem a chave tem o poder jurídico

Em ambientes tokenizados, a regra é simples, a chave privada é a expressão direta da posse e do poder jurídico. Quem tem a chave, tem o ativo.

Se a chave criptográfica de um órgão público ou de uma instituição autorizada pelo Banco Central a operar na rede for capturada, o ativo digital vinculado a ela pode ser transferido em segundos, de forma irreversível. Na camada base dos protocolos distribuídos não existe botão de desfazer.

O alerta vale igualmente para os contratos inteligentes. Eles executam sem questionar cada instrução programada, inclusive quando acionados por uma chave administrativa comprometida. Se as credenciais de gestão de um contrato público caem nas mãos erradas, o caso deixa de ser um incidente pontual de TI e passa a ser risco sistêmico ao erário.

Do código para a custódia: o que precisa mudar

Não à toa, as diretrizes de segurança do

Banco Central para o DREX exigem que as operações na plataforma sigam o mesmo nível de rigor cibernético do Sistema Financeiro Nacional (SFN). É por isso que a discussão precisa migrar, com urgência, do desenvolvimento de software para a política de custódia.

Na prática, isso significa adotar Módulos de Segurança de Hardware (HSMs) com certificação FIPS 140-2 ou FIPS 140-3 Level 3, alinhados aos padrões de custódia corporativa e às normas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ICP-Brasil).

O ganho é concreto, pois a geração e a assinatura de chaves privadas ficam isoladas em hardware dedicado. Mesmo que o servidor de aplicação seja invadido, a chave permanece inacessível dentro do chip.

Isolamento físico, porém, é só metade do caminho. A governança do ciclo de vida dessas chaves exige um nível de controle que a gestão pública brasileira ainda não pratica.

Para responder aos órgãos de controle, três perguntas precisam ter resposta imediata em qualquer operação, quem autorizou a transação, com quais parâmetros a ordem foi emitida e qual era o nível de privilégio vigente no momento da execução.

O que está realmente em jogo

O DREX e a tokenização de ativos abrem ao Brasil uma oportunidade de eficiência sem precedentes. Mas o sucesso dessa transição não será medido pelas interfaces dos aplicativos na superfície, e sim pela robustez da infraestrutura criptográfica que ninguém vê.

Sem uma estratégia sólida de proteção das chaves de autorização, a maior promessa de inovação do Governo Digital corre o risco de se tornar a maior superfície de ataque já criada no país.

(Fonte: José Ricardo Maia Moraes é CTO da Neotel).

 José Hamilton Mancuso (1936/2017) Responsável: Lilian Mancuso	Laurinda Machado Lobato (1941-2021)	José Leonil Lobato (1939-2026)
Editorias <i>Economia:</i> Nelson Tucci (nelson.tucci@netjen.com.br) <i>Mercado/Negócios/Tecnologia/Agronegócios/ Espaço empresarial:</i> Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); <i>Livros:</i> Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br) <i>Comercial:</i> comercial@netjen.com.br <i>Publicidade Legal:</i> lilian@netjen.com.br	<i>Webmaster/TI:</i> Fabio Nader; <i>Editoração Eletrônica:</i> Ricardo Souza. <i>Revisão:</i> Maria Cecília Camargo; <i>Serviço informativo:</i> Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA. Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.	Jornal Empresas & Negócios Ltda Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080 Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br) Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90 JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003) Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.
Colaboradores: Ana Luisa Winckler, Carol Olival, Claudia Lazzarotto, Denise Debiasi, Fabiana Monteiro, Geraldo Nunes, Heródoto Barbeiro e Neiva Mendes	ISSN 2595-8410	